



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

## Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Administrativa

Opcao de Cargo B02, Tipo 1  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

### P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*Ninguém discordará, em sã consciência, da necessidade de o Brasil passar por mudanças significativas em sua legislação penal, tendo em vista adquirir um melhor instrumental jurídico para combater algumas das nossas mais notórias chagas sociais contemporâneas, quais sejam, o desrespeito à vida humana, a violência desenfreada – principalmente (não só) nas grandes concentrações urbanas – e, sobretudo, a crônica impunidade. No entanto, a justa pressão social pela diminuição dos assombrosos índices de violência e criminalidade não pode dar margem a um atabalhoado processo de mudança das leis penais, que abrigue contradições, inconstitucionalidades e até efeitos contrários ao que se pretende. O Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira precisam estar atentos a projetos de lei que, em lugar de combater o crime, podem se tornar inteiramente contraproducentes, chegando a estimulá-lo. (...)*

*É preciso entender que o grande problema não é a ausência ou o defeito da lei, mas sim a sua não observância, a falta de sua aplicação e, no caso específico das execuções penais, a falta de rigor no cumprimento integral das penas que já existem. Por outro lado, há distorções fundamentais de entendimento que têm estimulado a criminalidade, como é o caso dos menores delinqüentes, cuja utilização por quadrilhas de adultos como "autores" dos crimes é cada vez maior. A situação "de menor", com base na proteção estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, se transforma em perfeito escudo da quadrilha, para fins de impunidade. A experiência de outros países, que nos últimos anos têm obtido êxito no combate à violência e à criminalidade, mostra que muito mais importante do que criar uma nova lei é fazer cumprir, com rigor, a já existente.*

(O Estado de S. Paulo, A3, 05 de maio 2002)

1. Na opinião do editorialista,
  - (A) é necessário fazer-se uma revisão do Código Penal Brasileiro, para evitar a aplicação das leis muito brandas atualmente existentes no País.
  - (B) deve haver alterações substanciais na lei penal, mas o importante será uma preocupação maior com o cumprimento das penas estabelecidas.
  - (C) a sociedade civil não tem conhecimento suficiente para entender todas as implicações das leis penais brasileiras, atualmente em vigor.
  - (D) a recente alteração das leis penais no Brasil ocorreu sem que se observem as possibilidades de sua aplicação conforme o dispositivo constitucional.
  - (E) é preocupante o número de menores envolvidos em crimes que não são devidamente apurados, exatamente pelo descumprimento habitual das leis existentes.

2. O argumento mais importante utilizado no editorial é:
  - (A) Há necessidade de uma revisão minuciosa de um Código Penal permissivo e obsoleto, em vigor no País.
  - (B) Deve fazer-se a incorporação rápida e urgente dos vários projetos existentes na mudança de nossas leis penais.
  - (C) Os envolvidos no processo de mudança das penalidades devem ser pessoas de conhecimento específico dessas leis e de sua aplicação.
  - (D) É necessário respeito rigoroso ao que dispõem as leis penais existentes, evitando-se principalmente a impunidade dos criminosos.
  - (E) O Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser revisto, para que haja mais rigor na punição de menores criminosos.

3. (não só) (6ª linha do 1º parágrafo)
 

O comentário entre parênteses deve ser entendido, considerando-se o contexto, como significando que a *violência desenfreada*

  - (A) não existe somente nas grandes áreas urbanas.
  - (B) instalou-se somente nas grandes áreas urbanas.
  - (C) não se instalou nos grandes centros urbanos.
  - (D) é o problema menos importante das grandes áreas urbanas.
  - (E) concentra-se, notoriamente, nas grandes áreas urbanas.

4. ... e até efeitos contrários ao que se pretende. (12ª linha do 1º parágrafo)
 

O sentido da frase transcrita acima é retomado, no texto, pelo segmento:

  - (A) ... tendo em vista adquirir um melhor instrumental jurídico...
  - (B) ... e, sobretudo, a crônica impunidade.
  - (C) ... podem se tornar inteiramente contraproducentes...
  - (D) ... o grande problema não é a ausência ou o defeito da lei...
  - (E) ... a falta de rigor no cumprimento integral das penas que já existem.

5. A presença das aspas em "autores" (8ª linha do 2º parágrafo) chama a atenção para o fato de
  - (A) haver, cada vez mais, menores envolvidos com a criminalidade, por inação do Poder Público e ausência de legislação específica.
  - (B) existir o amparo legal para a recuperação de menores delinqüentes longe da influência das quadrilhas comandadas por marginais já adultos.
  - (C) ser possível cumprir pena por período menor que o estipulado nas leis, por ter sido o crime praticado por um menor de idade.
  - (D) ser atribuída a autoria de crimes a menores que não podem ser condenados, em vista do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
  - (E) ocorrer, ultimamente, um aumento do índice de criminalidade em todo o País, numa violência que afeta principalmente o desenvolvimento dos menores de idade.

<p>6. ... como é o caso dos menores delinqüentes, <u>cuja</u> utilização por quadrilhas de adultos como "autores" dos crimes é cada vez maior. (6ª, 7ª e 8ª linhas do 2º parágrafo)</p> <p>O pronome grifado substitui corretamente, no texto, a utilização</p> <p>(A) das quadrilhas de adultos.  (B) da criminalidade.  (C) dos autores dos crimes.  (D) do Estatuto da Criança e do Adolescente.  (E) de menores delinqüentes.</p>	<p><b>Atenção:</b> As questões de números 11 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.</p> <p><i>O processo de globalização foi muito mais rápido no âmbito das finanças e do comércio do que no plano político e institucional. Mas não há caminho de volta nem para a globalização nem para as instituições de governança regional e global. O único caminho possível é avançar no processo de transformação da ordem mundial e institucionalizá-la. (...)</i></p>
<p>7. – principalmente (...) nas grandes concentrações urbanas – (6ª e 7ª linhas do 1º parágrafo)</p> <p>O uso dos travessões, isolando a observação acima, introduz no contexto</p> <p>(A) o desejo de que se controle a violência.  (B) uma advertência em relação aos itens especificados.  (C) uma limitação à afirmativa anterior.  (D) a citação de um autor diferente, no texto.  (E) a inclusão de um pedido especial.</p>	<p><i>A ordem global em formação tem algumas vantagens e muitos riscos, parte deles criada pelo desmoronamento das instituições multilaterais. A principal vantagem é a integração pelas comunicações. Hoje, atrocidades como as que aconteciam sob a censura e o véu da impunidade hegemônica no século passado se tornam conhecidas, em tempo real, pela opinião pública mundial. É o primeiro passo para o estabelecimento de limites e sanções à violação em larga escala dos direitos da humanidade. Mas aí está Kosovo para provar que a humanidade ainda é impotente diante desses eventos. O horror instantâneo, porém, já não nos pode ser sonogado. Nós nos horrorizamos em tempo real. A rede global de comunicações dá novos recursos aos movimentos coletivos de defesa dos direitos e da paz e compromete governantes.</i></p>
<p>8. ... que <u>abrigue</u> contradições. (11ª linha do 1º parágrafo)</p> <p>A forma verbal grifada na frase acima indica</p> <p>(A) probabilidade, dentro de certas condições.  (B) fato real, num tempo presente.  (C) ação concreta, em relação a um tempo futuro.  (D) ação futura, em relação a um tempo passado.  (E) finalidade, tendo em vista uma situação anterior.</p>	<p><i>Há falhas, claro. O reconhecimento, tardio, da censura e da pressão à imprensa nos EUA e na Inglaterra durante o ataque ao Iraque, por exemplo.</i></p> <p>(Adaptado de Sérgio Abranches, <i>Em foco. Veja</i>, 24 de setembro de 2003)</p>
<p>9. Ninguém <u>discordará</u>, em sã consciência, da necessidade de o Brasil... (início do texto)</p> <p>O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado na frase acima está em:</p> <p>(A) Um maior rigor na aplicação e no cumprimento de penas tem sido defendido em vários projetos de lei, em tramitação no Congresso.  (B) Representantes no Congresso Nacional batalham pela aprovação das mudanças necessárias em nossa legislação penal.  (C) As autoridades tomaram várias medidas de combate à violência desenfreada nas grandes concentrações urbanas.  (D) Os índices de violência e criminalidade aumentaram assustadoramente nos últimos anos, em especial nas grandes cidades.  (E) A crônica e habitual impunidade constitui mais um elemento de atração na realização de atividades criminosas.</p>	<p>11. De acordo com o texto, a vantagem trazida pelas comunicações encontra-se</p> <p>(A) na facilidade de reunir um grande número de pessoas para pressionar governantes, levando-os a ouvir e a respeitar a opinião pública.  (B) na possibilidade de conhecer antigos hábitos de tortura e de violação dos direitos humanos, principalmente em países de tradição milenar.  (C) na facilidade para se manter a população bem informada a respeito de acontecimentos importantes em regiões afastadas do globo.  (D) no fechamento político de certas civilizações que se mantêm ainda distantes do processo de globalização, em defesa de suas tradições milenares.  (E) na rapidez da divulgação dos fatos em todo o mundo, possibilitando a expressão da opinião pública, favorável ou desfavorável a eles.</p>
<p>10. Obedecer ..... leis existentes é o instrumento ..... que se deve recorrer no combate ..... violência, em qualquer lugar.</p> <p>As lacunas da frase apresentada serão corretamente preenchidas por:</p> <p>(A) as - a - a  (B) as - à - à  (C) as - à - a  (D) às - a - à  (E) às - à - a</p>	

<p>12. <i>Mas aí está Kosovo...</i> (meio do 2º parágrafo)</p> <p>Deduz-se corretamente do contexto que o exemplo acima foi citado devido a</p> <p>I. ser até hoje a região em que a população é plenamente assistida em seus direitos básicos e onde se exercita a cidadania.</p> <p>II. ter sido essa região palco de flagrante desrespeito aos direitos humanos, sem que houvesse interferência das demais nações.</p> <p>III. ter-se transformado num exemplo de mobilização da sociedade contra governantes autoritários, que não respeitavam a opinião pública.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>16. Um disquete de 3,5 polegadas, normalmente utilizado no <i>drive</i> A dos microcomputadores, tem capacidade nominal de armazenamento de dados correspondente a</p> <p>(A) 1,44 gigabytes. (B) 1,44 gigabits. (C) 1,44 megabytes. (D) 1,44 megabits. (E) 1,44 kilobytes.</p>
<p>13. <i>Há falhas, claro.</i> (início do 3º parágrafo)</p> <p>O comentário introduz, considerando-se o contexto, uma</p> <p>(A) ressalva. (B) conclusão. (C) explicação. (D) finalidade. (E) proporção.</p>	<p>17. Ao mover o ponteiro do mouse para a esquerda da linha até que assuma a forma de uma seta para a direita, clicando-o uma única vez, o MS Word 2000 selecionará</p> <p>(A) um parágrafo. (B) um elemento gráfico. (C) um documento inteiro. (D) uma frase. (E) uma linha de texto.</p>
<p>14. A concordância está correta na frase:</p> <p>(A) Respeitar os direitos civis são importantes para o aperfeiçoamento do processo democrático de uma nação.</p> <p>(B) Crimes contra a humanidade, que despertam horror, deve ser totalmente banido da ordem mundial.</p> <p>(C) Parte dos conflitos que surgiram no século passado foi controlada com brutalidade por regimes militares autoritários.</p> <p>(D) Nem sempre a solução que algumas instituições é capaz de oferecer apresentam-se realmente adequadas aos problemas existentes.</p> <p>(E) A única solução possível para resolver conflitos entre nações encontram-se no processo de transformação da ordem mundial.</p>	<p>18. No MS Excel 2000, uma célula selecionada normalmente será preenchida, ao clicar no botão AutoSoma, com uma fórmula no formato</p> <p>(A) =SOMA(célula_m ; célula_n) (B) =SOMA(célula_m : célula_n) (C) =célula_m + célula_n (D) =AUTOSOMA(célula_m ; célula_n) (E) =AUTOSOMA(célula_m : célula_n)</p>
<p>15. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:</p> <p>(A) Regimes de exceção usam meios repressivos e autoritários para dominar minorias subjugadas, em flagrante desrespeito a seus direitos.</p> <p>(B) Pessoas famosas, que gozam de uma situação privilegiada, colocam-se na defesa de populações abandonadas à própria sorte.</p> <p>(C) Associações civis organizadas são indispensáveis na defesa dos direitos humanos e da paz, em qualquer lugar do planeta.</p> <p>(D) Encontram-se espalhados pelo mundo contingentes de expatriados, que fogem dos maus tratos impostos por governantes autoritários.</p> <p>(E) A expansão das comunicações por todo o globo estabelece um controle, nem sempre eficaz, dos horrores a que populações estão sujeitas.</p>	<p>19. Considere as células do MS Excel 2000, com os respectivos conteúdos: D6=5,00; D7=6,00; D8=10,00; D9=2,00 e D10=D6+D7*D8/D9.</p> <p>A célula D10, no formato Moeda com símbolo R\$, observando-se o alinhamento, apresentará o resultado</p> <p>(A) R\$ 32,50 (B) R\$ 35,00 (C) R\$ 55,00 (D) R\$35,00 (E) R\$55,00</p> <p>20. As mensagens de entrada podem ser classificadas automaticamente em pastas diferentes, no MS Outlook Express 6.0, utilizando-se</p> <p>(A) Regras para mensagens de Email. (B) Catálogo de Endereços. (C) Sincronizar Pastas. (D) Ir para Pastas. (E) Mover para Pastas.</p>

<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p>	
<p>21. Em tema de classificação das constituições, pode-se afirmar que, quanto ao modo de elaboração, elas se classificam em</p> <p>(A) dogmáticas e históricas.            (B) rígidas, semi-rígidas e flexíveis.            (C) escritas e não escritas.            (D) materiais e formais.            (E) democráticas e outorgadas.</p>	<p>25. O vocábulo "referendo", um dos meios de exercício da soberania popular, designa a</p> <p>(A) escolha feita pelo povo, direta ou indiretamente, de uma opção determinada que será proposta aos legisladores.            (B) proposição de direito novo feita diretamente pelo povo ao Poder Legislativo competente.            (C) votação popular direta para a decisão sobre uma opção determinada.            (D) manifestação popular direta que decide, de modo final, sobre ato normativo geral.            (E) votação popular direta do povo quando decide sobre direito novo a ser proposto ao Poder Legislativo competente.</p>
<p>22. Segundo a Constituição Federal, o Brasil dará a extradição de estrangeiro condenado no exterior pela prática de crime</p> <p>(A) de opinião.            (B) político.            (C) de terrorismo, mediante uso de explosivos.            (D) de homicídio a que foi imposta, definitivamente, a pena de morte.            (E) cuja conduta é tipificada como contravenção no direito brasileiro.</p>	<p>26. Quanto ao Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que,</p> <p>(A) mesmo sendo órgão do Poder Legislativo, tem competência para julgar e impor sanções, exercendo funções do Poder Judiciário, que, todavia, não lhe pode reformar as decisões.            (B) embora goze de autonomia, é órgão auxiliar do Poder Legislativo e pratica atos de natureza administrativa que, nessa condição, estão sujeitos ao controle jurisdicional.            (C) julgando contratos públicos do Poder Executivo, sua subordinação ao Poder Legislativo tem origem no cumprimento da peça orçamentária, o que impede o Poder Judiciário de rever suas decisões.            (D) sem embargo de ser órgão auxiliar autônomo do Poder Judiciário, com função de julgar as contas públicas, na sua competência não se inclui o controle difuso da constitucionalidade.            (E) ainda que subordinado ao Poder Legislativo, suas decisões quanto às contas do Poder Executivo podem ser integralmente revistas pelo Poder Judiciário, a quem nenhuma lesão pode ser subtraída.</p>
<p>23. Um menor de um ano de idade, nascido no estrangeiro, viajando com seus pais, também estrangeiros, fixou residência definitiva no Brasil, onde se alfabetizou na língua portuguesa, única língua que fala. Casou-se com brasileira nata e o casal já tem um filho brasileiro nato. Nesse caso, quanto à nacionalidade, ele é</p> <p>(A) estrangeiro, porque poderia ter optado pela nacionalidade brasileira nos assentos de seu casamento e de nascimento de seu filho, e não o fez.            (B) estrangeiro, porque não praticou nenhum ato voluntário que importasse em aquisição de nacionalidade brasileira.            (C) brasileiro nato, porque o casamento com brasileira nata é causa automática de aquisição de nacionalidade originária.            (D) brasileiro naturalizado, porque o nascimento de filho brasileiro nato é causa automática de aquisição de nacionalidade derivada.            (E) brasileiro naturalizado, porque a alfabetização na língua portuguesa é, no Brasil, causa automática de aquisição de nacionalidade derivada.</p>	<p>27. Supondo-se que o Presidente da República pretenda destituir o Procurador-Geral da República, essa destituição deverá ser</p> <p>(A) autorizada pelo Congresso Nacional, em votação nominal e secreta.            (B) feita por decreto, ouvido previamente o Conselho da República.            (C) precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.            (D) concretizada livremente, visto que o ocupante do cargo é demissível <i>ad nutum</i>.            (E) aprovada previamente pela Câmara dos Deputados, Casa que representa o povo brasileiro.</p>
<p>24. Uma das hipóteses de intervenção dos Estados nos Municípios é "deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada". Nessa regra, "dívida fundada" compreende</p> <p>(A) os compromissos financeiros contraídos para pagamento anual, programada pelo tempo mínimo de 10 anos, e cuja origem esteja vinculada às desapropriações por utilidade pública.            (B) o estoque integral da dívida acumulada e não paga, cuja exclusiva origem seja de débitos por desapropriação de imóveis.            (C) as dívidas e os compromissos que deveriam ter sido pagos em um ano fiscal e, não tendo sido pagos, ficaram fundados para pagamento oportuno.            (D) o total dos compromissos de qualquer natureza com previsão vinculada no orçamento plurianual para pagamentos parcelados e sucessivos.            (E) os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.</p>	<p>28. No caso da contribuição de intervenção no domínio econômico, a Constituição Federal abriu a possibilidade de que</p> <p>(A) a pessoa natural destinatária das operações de importação seja equiparada à pessoa jurídica.            (B) haja sua incidência, temporária ou permanente, sobre as receitas decorrentes de exportação.            (C) não incidam sobre a importação de gás natural e todos os seus derivados.            (D) as alíquotas, nos casos de importação, não sejam fixadas sobre o valor aduaneiro.            (E) não possam ter alíquotas <i>ad valorem</i>, tendo por base o faturamento.</p>

<p>29. Quanto às normas gerais que regem as finanças públicas, é INCORRETO que</p> <p>(A) a regulação da oferta de moeda é um objetivo que o Banco Central perseguirá comprando e vendendo títulos de emissão do Tesouro Nacional.</p> <p>(B) só uma lei complementar poderá dispor sobre a concessão de garantias pelas entidades públicas.</p> <p>(C) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.</p> <p>(D) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco do Brasil S.A.</p> <p>(E) o Banco Central não poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.</p>	<p>32. Na execução do contrato administrativo de obras, dentre outros, é certo que</p> <p>(A) a imprevisibilidade das partes com relação a fatos facilmente previsíveis, somente previstos por sua incúria ou inépcia também autoriza a aplicabilidade da teoria da imprevisão em face do grave desbalanceamento econômico-financeiro do contrato.</p> <p>(B) quando se tratar de sujeições a fatos imprevisíveis, a Administração, ao impor determinadas alterações às condições de execução, onera o contrato, caso em que o contratado terá direito ao ressarcimento integral do desbalanceamento econômico-financeiro.</p> <p>(C) nos casos de sujeições a fatos imprevisíveis, por ser prerrogativa da Administração, o exercício do <i>ius variandi</i>, ou seja, do poder de modificar o contrato, o ônus deve ser suportado pelo contratado, que não terá direito a qualquer ressarcimento.</p> <p>(D) a álea econômica extraordinária suportada pelo contratado, por motivos alheios à vontade da Administração Pública, sempre determina a recomposição financeira integral do primeiro, face ao interesse público subjacente ao contrato, que deve ser protegido.</p> <p>(E) se estiver presente o fato de o príncipe, em que o Estado provoca o desbalanceamento do contrato, por atitude tomada diretamente por ele, Estado, o ônus do contrato será menor e, assim, o contratado terá direito a uma reparação parcial.</p>
<p>30. Quanto ao regime jurídico da empresa pública, pode-se afirmar, como regra,</p> <p>(A) que a empresa não está obrigada à observância dos princípios da administração pública, salvo no que respeita à licitação de obras e serviços.</p> <p>(B) sua sujeição ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.</p> <p>(C) a necessidade de sua criação por lei, mas seus empregados não são abrangidos pela proibição de acumular cargos e salários.</p> <p>(D) que sua criação depende de autorização do Poder Legislativo e que de seu Conselho de Administração participam somente os acionistas majoritários.</p> <p>(E) a possibilidade de a lei deferir à empresa, assim como às sociedades de economia mista, privilégios fiscais não extensivos às empresas privadas.</p>	<p>33. Na instrução dos processos administrativos, quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá</p> <p>(A) determinar o prosseguimento do processo até a decisão final, respondendo o órgão faltoso por perdas e danos.</p> <p>(B) requisitar o laudo pericial junto à direção do órgão técnico para que atenda em 48 horas, sob pena de crime de desobediência.</p> <p>(C) suprir o referido laudo com o depoimento de testemunhas que tenham conhecimento da matéria.</p> <p>(D) solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.</p> <p>(E) providenciar o laudo, junto a entidade de direito privado, dispensando-se a equivalência de qualificação e técnica.</p>
<p>31. As autoridades e os servidores públicos, desde que obrigados por lei a apresentar declaração de bens, remeterão, <i>incontinenti</i>, uma cópia desta ao Tribunal de Contas da União, para o fim, entre outros, de este</p> <p>(A) publicar integralmente e uma só vez, na imprensa privada, os dados e elementos constantes da declaração.</p> <p>(B) utilizar essa declaração de rendimentos e de bens recebida para proceder ao levantamento da evolução patrimonial do seu titular e punir o ímprobo com o seqüestro de bens.</p> <p>(C) fornecer certidões requeridas por qualquer cidadão, para propor ação popular que vise a anular ato lesivo à moralidade administrativa.</p> <p>(D) prestar ao Poder Judiciário, exclusivamente, informações solicitadas por escrito, desde que decorrente de ações judiciais ou administrativas.</p> <p>(E) registrar os bens do patrimônio privado de autoridades públicas, vedando-se a representação ao Poder competente sobre irregularidades em razão do dever de sigilo.</p>	<p>34. Contar-se-á apenas para o efeito de aposentadoria e disponibilidade, entre outros, o tempo de serviço referente</p> <p>(A) à missão ou ao estudo no exterior, quando o servidor for autorizado, e à participação em competição desportiva nacional.</p> <p>(B) ao desempenho de mandato eletivo municipal ou distrital, e à licença para capacitação e programa de treinamento regularmente instituído.</p> <p>(C) ao desempenho para mandato classista, e à licença por convocação para serviço militar.</p> <p>(D) ao afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe, e ao júri e outros serviços obrigatórios por lei.</p> <p>(E) à licença para tratamento de saúde de pessoa da família de servidor, com remuneração, e o relativo ao tiro de guerra.</p>

<p>35. NÃO constitui motivo, dentre outros, para a rescisão do contrato administrativo do contratado, se ocorreu em relação a ele a</p> <p>(A) requisição de inquérito policial.</p> <p>(B) decretação de falência.</p> <p>(C) instauração de insolvência civil.</p> <p>(D) dissolução da sociedade.</p> <p>(E) alteração social que prejudique a execução do contrato.</p>	<p>38. No que diz respeito ao empenho da despesa, pode-se afirmar que</p> <p>(A) o empenho poderá exceder o limite do crédito concedido se houver <i>superavit</i> financeiro.</p> <p>(B) será permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.</p> <p>(C) é absoluta a vedação da realização da despesa sem prévio empenho.</p> <p>(D) o empenho é ato administrativo destinado a cientificar o devedor sobre a existência de uma despesa.</p> <p>(E) a emissão de nota de empenho, sendo obrigatória, não poderá ser dispensada em hipótese alguma.</p>
<p>36. Considere as afirmações:</p> <p>I. A modalidade de prestação ou execução de serviços em que a Administração Pública é, a um só tempo, o titular e a executora do serviço público, diz respeito à administração indireta.</p> <p>II. Nas hipóteses em que o serviço vai da Administração Pública, que o executa e explora, ao administrado, seu beneficiário último, sem passar por interposta pessoa, diz respeito à administração direta.</p> <p>III. A espécie de prestação ou execução de serviço em que a atividade administrativa (titularidade e execução) ou a mera execução é atribuída a outra entidade, distinta da Administração Pública, para que a realize, refere-se à administração direta.</p> <p>IV. Nos casos em que o serviço vai da Administração Pública, sua titular, ao administrado, seu beneficiário último, através de uma interposta pessoa física ou jurídica, privada, pública ou governamental, que o execute e explore, refere-se à administração indireta.</p> <p>V. A administração indireta pode ocorrer com a transferência da titularidade e da execução, ou ainda, com o trespasse do simples desempenho ou da mera execução do serviço público da Administração Pública competente para uma pessoa jurídica de direito público, no primeiro caso, ou pessoa jurídica de direito privado, no segundo caso.</p> <p>São corretas APENAS</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, IV e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>	<p>39. Em relação à improbidade administrativa:</p> <p>I. Perda da função pública.</p> <p>II. Proibição de contratar com o Poder Público e receber incentivos fiscais ou creditícios.</p> <p>III. Suspensão dos direitos políticos.</p> <p>IV. Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.</p> <p>As medidas punitivas I, II, III e IV são, respectivamente, de natureza</p> <p>(A) político-administrativa, tributária, administrativa e penal.</p> <p>(B) administrativa, tributária, política e penal.</p> <p>(C) política, civil, administrativa e penal.</p> <p>(D) trabalhista, administrativa, político-administrativa e civil.</p> <p>(E) político-administrativa, administrativa, política e civil.</p>
<p>37. Em matéria de licitação, considere as seguintes hipóteses:</p> <p>I. Compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.</p> <p>II. Alienação de móveis consistente na venda de bens produzidos ou comercializados por órgão ou entidades da Administração Pública, em virtude de sua finalidade.</p> <p>III. Aquisição de materiais e equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor ou representante exclusivo com vedação de preferência de marca.</p> <p>I, II e III referem-se, respectivamente, às licitações</p> <p>(A) dispensada, obrigatória e inexigível.</p> <p>(B) obrigatória, inexigível e dispensada.</p> <p>(C) dispensável, dispensada e inexigível.</p> <p>(D) inexigível, dispensável e obrigatória.</p> <p>(E) dispensável, inexigível e dispensada.</p>	<p>40. Para os efeitos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que dispõe sobre a responsabilidade fiscal, entende-se, tecnicamente, como</p> <p>(A) empresa estatal controladora, a empresa que receba do ente controlado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.</p> <p>(B) empresa controlada, a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.</p> <p>(C) ente da Federação, cada um dos Estados membros, inclusive o Distrito Federal, excluídos os Municípios e a União.</p> <p>(D) receita corrente líquida como sendo tão-somente o somatório das receitas tributárias, de contribuições e de serviços, sem dedução de qualquer natureza.</p> <p>(E) despesas correntes, as relacionadas aos investimentos em obras públicas, equipamentos, material permanente, aquisições de imóveis e amortizações de dívidas.</p>

<p>41. No que diz respeito à organização da Justiça Eleitoral:</p> <p>I. A Justiça Eleitoral, no Brasil, é formada por uma magistratura própria e de carreira, cujo cargo inicial é o de Juiz Substituto Eleitoral.</p> <p>II. Os agentes policiais podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais até 60 dias antes da eleição.</p> <p>III. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente os pedidos de registro de candidatos ao Senado Federal.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>44. Luiz tem 18 anos de idade e é presidente do diretório acadêmico da faculdade de direito em que estuda. Sete meses antes do pleito, seus colegas desejam lançá-lo como Vereador, pois é brasileiro nato, tem alistamento eleitoral regular e está em pleno gozo de seus direitos políticos, apenas não sendo ainda filiado a Partido Político. Nesse caso, no que se refere à candidatura de Vereador, Luiz</p> <p>(A) só poderá candidatar-se se provar estar exercendo o mandato de presidente do diretório acadêmico há mais de 6 meses.</p> <p>(B) poderá candidatar-se, pois preenche todos os requisitos legais necessários, independentemente de qualquer outra providência.</p> <p>(C) não poderá candidatar-se porque, embora possa filiar-se a Partido Político até 6 meses antes do pleito, não tem a idade mínima de 21 anos.</p> <p>(D) só poderá candidatar-se se estiver filiado a Partido Político até 6 meses antes do pleito.</p> <p>(E) não poderá candidatar-se, pois já se expirou o prazo legal de filiação partidária.</p>
<p>42. O Juiz Eleitoral constatou a ocorrência de alistamento eleitoral de Peti, que é indígena, possui documento de identidade e sabe exprimir-se na língua nacional e de Pedro, que é estrangeiro, mas mora no Brasil e também sabe exprimir-se na língua nacional. O Juiz Eleitoral deve</p> <p>(A) excluir ambos os eleitores.</p> <p>(B) excluir o eleitor Peti e manter a inscrição de Pedro.</p> <p>(C) excluir o eleitor Pedro e manter a inscrição de Peti.</p> <p>(D) manter a inscrição de ambos.</p> <p>(E) abster-se, pois a exclusão de eleitor não pode ser feita de ofício.</p>	<p>45. Quanto aos Partidos Políticos, é certo que</p> <p>(A) a prova do apoio mínimo de eleitores é feita por meio de suas assinaturas com menção ao número do respectivo título eleitoral, cuja veracidade se presume até prova em contrário.</p> <p>(B) são pessoas jurídicas de direito público e destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição.</p> <p>(C) a aquisição de sua personalidade jurídica se faz através de requerimento dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral, subscrito pelos fundadores residentes, no mínimo, em um quarto dos Estados.</p> <p>(D) só o que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso ao rádio e à televisão na forma da lei.</p> <p>(E) têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, podendo ter caráter nacional, estadual ou municipal, de acordo com seu estatuto e programa.</p>
<p>43. Sanchez é espanhol naturalizado brasileiro. Está em pleno gozo de seus direitos políticos, possui alistamento eleitoral regular e domicílio eleitoral na circunscrição. É filiado a Partido Político e tem 28 anos de idade. Sanchez pode candidatar-se, dentre outros, aos cargos de</p> <p>(A) Deputado Federal e Prefeito.</p> <p>(B) Presidente da República e Vice-Presidente da República.</p> <p>(C) Senador e Vice-Presidente da República.</p> <p>(D) Governador do Estado e Presidente da República.</p> <p>(E) Deputado Estadual e Presidente da República.</p>	<p>46. A respeito da Coligação é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os Partidos, dentro da mesma circunscrição, poderão celebrar mais de uma Coligação para a eleição majoritária dentre os Partidos que integram a Coligação para as eleições proporcionais.</p> <p>(B) terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos Partidos que a integra.</p> <p>(C) funcionará como um só Partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.</p> <p>(D) na propaganda para a eleição majoritária usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os Partidos que a integra.</p> <p>(E) cada Partido usará apenas sua legenda sob o nome da Coligação na propaganda para a eleição proporcional.</p>



<p>47. As convenções para escolha de candidatos</p> <p>(A) serão presididas pelo Juiz Eleitoral da circunscrição.</p> <p>(B) terão suas datas e horários designados pela Justiça Eleitoral.</p> <p>(C) deverão ter lugar no mês de agosto do ano das eleições.</p> <p>(D) poderão ser realizadas gratuitamente em prédios públicos.</p> <p>(E) utilizarão, obrigatoriamente, processo eletrônico de votação.</p>	<p>50. Publicado o pedido de registro de candidato,</p> <p>(A) no caso de oferecimento de impugnação, apenas o candidato impugnado poderá oferecer contestação.</p> <p>(B) a partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após a devida notificação, o prazo de 15 dias para contestação.</p> <p>(C) será possível o oferecimento de impugnação no prazo de 5 dias por qualquer candidato, Partido Político, Coligação ou pelo Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(D) o Ministério Público Eleitoral poderá oferecer impugnação no prazo de 2 dias e os Partidos Políticos ou Coligações no prazo de 8 dias.</p> <p>(E) a impugnação por parte de Partido Político ou de Coligação inibe a ação do Ministério Público Eleitoral no mesmo sentido.</p>
<p>48. Se o candidato indicado por convenção de Partido Político integrante de Coligação vier a falecer após o final do prazo de registro,</p> <p>(A) o órgão de direção do Partido a que pertencia o substituído terá preferência para efetuar a sua substituição.</p> <p>(B) será substituído por decisão da maioria dos Partidos integrantes da Coligação, mesmo sem a concordância do Partido a que pertencia.</p> <p>(C) será necessária a realização de nova convenção partidária para efetivar a sua substituição.</p> <p>(D) não poderá em hipótese alguma ser substituído, ainda que haja concordância de todos os Partidos que integram a Coligação.</p> <p>(E) será automaticamente substituído pelo mais antigo participante da convenção do Partido a que pertencia o substituído.</p>	<p>51. O abuso do poder econômico ou do poder de autoridade no processo eleitoral, em detrimento da liberdade do voto, deverá ser apurado, em conformidade com o sistema eleitoral brasileiro, por meio de</p> <p>(A) sindicância administrativa instaurada pelo Procurador Geral Eleitoral, a requerimento de qualquer candidato ou Partido Político.</p> <p>(B) inquérito policial instaurado pelo Delegado de Polícia do local onde o fato ocorreu.</p> <p>(C) inquérito civil instaurado pelo representante do Ministério Público Eleitoral em exercício na Comarca.</p> <p>(D) procedimento sumaríssimo de investigação judicial realizada pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.</p> <p>(E) medida cautelar de produção antecipada de provas requerida por qualquer candidato ou Partido Político.</p>
<p>49. No caso de a convenção partidária não indicar o número máximo de candidatos à Câmara dos Deputados que podiam ser registrados, na forma da lei,</p> <p>(A) o Partido Político perderá o direito de exaurir o número de vagas a que teria direito.</p> <p>(B) nova convenção partidária deverá ser convocada para preenchimento das vagas remanescentes.</p> <p>(C) os filiados que disputaram sem êxito a indicação na convenção, observada a ordem decrescente dos votos, serão registrados automaticamente.</p> <p>(D) os filiados que disputaram sem êxito a indicação na convenção, observado o critério de antiguidade de filiação, serão registrados automaticamente.</p> <p>(E) o órgão de direção do Partido Político poderá preencher as vagas remanescentes até 60 dias antes do pleito.</p>	<p>52. José é candidato a Vereador e mandou fazer diversas faixas com seu nome e seu número para divulgar sua candidatura. Tais faixas, desde que não causem dano, não impeçam nem dificultem o seu uso e o bom andamento de trânsito, poderão ser fixadas em</p> <p>(A) monumentos das praças públicas e passarelas.</p> <p>(B) prédios públicos e postes de iluminação pública.</p> <p>(C) árvores das vias públicas e viadutos.</p> <p>(D) postes de placas de sinalização de trânsito e pontes.</p> <p>(E) postes de iluminação pública e viadutos.</p>

<p>53. A Administração Pública é constituída</p> <p>(A) por Estados e Municípios, sendo estes o fundamento das aspirações da população.</p> <p>(B) de forma a atender todas as necessidades mais urgentes da população.</p> <p>(C) pelo aparelhamento do Estado, preordenado à realização dos seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.</p> <p>(D) pela conjugação dos esforços dos Poderes Executivo e Legislativo, tendo como órgão controlador o Poder Judiciário.</p> <p>(E) pelas funções de planejamento e controle de todas as atividades que tenham por finalidade o atendimento das necessidades básicas da população.</p>	<p>57. O sucesso da implantação de um processo de qualidade depende sempre</p> <p>(A) da conscientização e do compromisso permanente de cada um dos funcionários de toda a organização, inclusive de seus dirigentes.</p> <p>(B) da existência de um programa e do espírito crítico das chefias e encarregados.</p> <p>(C) do envolvimento de uma assessoria interna e/ou de uma consultoria externa especializada.</p> <p>(D) da necessidade de uma estrutura organizacional flexível para coordenar e controlar cada etapa do programa.</p> <p>(E) da ausência de conflitos interpessoais no relacionamento interno, bem como da ausência de padrões de qualidade.</p>
<p>54. As funções essenciais que compõem a organização do Poder Público são:</p> <p>(A) controladoria; fiscal; política.</p> <p>(B) normativa ou legislativa; administrativa ou executiva; judicial.</p> <p>(C) administrativa ou executiva; normativa; processual.</p> <p>(D) planejamento; organização; controle.</p> <p>(E) orçamento; direção; controladoria.</p>	<p>58. O processo que visa a acompanhar, estimular e orientar a vida profissional dos funcionários de uma organização é denominado</p> <p>(A) Readaptação e Promoção.</p> <p>(B) Recrutamento e Seleção.</p> <p>(C) Avaliação de Desempenho e Potencial.</p> <p>(D) Avaliação Pessoal e Interpessoal.</p> <p>(E) Qualidade Total e Desempenho.</p>
<p>55. Os clássicos da Administração utilizam, na definição de estrutura organizacional de uma empresa, as seguintes funções:</p> <p>(A) matricial, departamentalizada e consultoria.</p> <p>(B) assessoria, consultoria e aconselhamento.</p> <p>(C) formal, informal e horizontal.</p> <p>(D) <i>staff</i>, linha e matricial.</p> <p>(E) por projetos, conselho misto e controladoria.</p>	<p>59. As funções de Gestão do Estado, no tocante às despesas orçamentárias, são classificadas como Despesas</p> <p>(A) Corrente e Pendente.</p> <p>(B) Corrente e de Capital.</p> <p>(C) de Capital e de Investimento.</p> <p>(D) de Investimento e Corrente.</p> <p>(E) de Administração e Operacional.</p>
<p>56. A direção, uma das funções do Administrador, engloba as seguintes atividades:</p> <p>(A) elaboração de relatórios, planejamento e controle.</p> <p>(B) liderança, controladoria e tomada de decisão.</p> <p>(C) comunicação, definição de objetivos e controle.</p> <p>(D) comando, organização e motivação.</p> <p>(E) motivação, comunicação e liderança.</p>	<p>60. O processo de planejamento-orçamento, conforme o artigo 16 da Constituição da República Federativa do Brasil, é composto pelo Plano</p> <p>(A) Plurianual, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei de Orçamentos Anuais.</p> <p>(B) de Orçamentos Anuais e pela Lei de Diretrizes para Orçamentos Plurianuais.</p> <p>(C) Diretor, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei de Orçamentos Anuais.</p> <p>(D) Diretor, pelo Plano de Metas Financeiras e pela Lei de Orçamentos Anuais.</p> <p>(E) Plurianual, pelo Plano Diretor e pelo Plano de Metas Financeiras.</p>